

PARA O EXERCÍCIO ECONÓMICO DE 2011

Má governação obriga Suíça e Suécia a reduzirem financiamento do Estado

O facto de nalgumas áreas da governação, o desempenho ter sido considerado negativo, levou alguns Parceiros de Apoio Programático a reduzirem o seu compromisso em relação ao previsto - Kari Alanko, embaixador da Finlândia em Moçambique e representante dos doadores

Por Matias Guede

O Governo moçambicano recebeu, semana passada, dos Parceiros do Apoio Programático (PAP's) o financiamento para o exercício económico de 2011. O valor global está orçado em 675 milhões de dólares, sendo que 412 milhões de dólares de apoio directo ao Orçamento do Estado e 263 milhões de dólares para o apoio programático sectorial.

Mas, por causa da má governação e sobretudo da ineficácia da luta contra a corrupção, três doadores reduziram significativamente a sua ajuda a Moçambique. São eles, a Suíça, que de 7 milhões de dólares reduziu para 4 milhões; Suécia, que vai dar 315 milhões contra 320 de 2010; e por último o Banco Mundial, que, dos anteriores 110 milhões, vai financiar apenas 85 milhões de dólares. Em relação ao Banco Mundial, a justificação é de que os 25 milhões dados para 2010 eram para conter os efeitos da crise.

Itália e Inglaterra são os países que preferiram aumentar o financiamento. Já Portugal, Alemanha e Dinamarca integram a lista de países que ainda não puderam informar sobre os seus compromissos até então, pois esperam pelas respectivas resoluções ministeriais e parlamentares.

Tal como ficou elucidado na avaliação de 19 de Maio passado, o facto de nalgumas áreas da governação o desempenho ter sido considerado não satisfatório levou alguns PAP's a reduzirem o seu compromisso em relação ao previsto na programação de longo prazo. A maioria dos membros do G19 mantêm os seus compromissos de apoio ao Orçamento do Estado.

De acordo com o embaixador da Finlândia, país que representa os doadores, Kari Alanko,

o compromisso assumido pelos doadores representa a sua contribuição para a redução da pobreza e para o desenvolvimento de Moçambique, pelo que estes consideram desafio importante "reverter a tendência de abrandamento no ritmo geral de progresso registado no desempenho durante os últimos três anos e a tendência de aumento do fosso social entre ricos e pobres e a falta de acesso a serviços básicos por parte da população".

Assim, os doadores consideram importante a elaboração e a aprovação atempada do novo Plano para Redução da Pobreza para garantir que o crescimento económico favoreça também as camadas pobres e desfavorecidas através da criação e expansão de empregos, da rápida melhoria do ambiente de negócios e de apoio às pequenas e médias empresas, incluindo agricultores.

Segundo Alanko, os doadores mostram-se disponíveis a apoiar o Governo na elaboração do Plano de Redução da Pobreza, e esperam que o mesmo tome em consideração os resultados do inquérito aos agregados familiares. Recorde-se que o Inquérito do Orçamento Familiar (IOF) ainda não foi tornado público. Os seus resultados são assustadores porque apontam para o fracasso da chamada luta contra pobreza.

Apoio Programático aos Sectores

No tocante ao Apoio Programático aos Sectores, os doadores também não estão satisfeitos. Em causa está a não entrega, por parte do Governo, dos relatórios das actividades desenvolvidas. Há uma redução no fundo de apoio aos sectores. O embaixador finlandês disse que não significa necessariamente uma redução considerável até porque uma grande parte de apoio é canalizado

através de outras modalidades, como são os casos dos projectos fora dos Fundos Comuns.

Mas segundo Alanko, as reduções na ajuda programática aos sectores têm outra explicação visto que, segundo disse, "tem havido demora na divulgação de relatórios de auditorias, o que provoca problemas na hora de estabelecer compromissos", clarificou. Um desses sectores, segundo os doadores, é o da saúde.

Reacção do Governo

Em reacção, o Governo através do ministro da Planificação e Desenvolvimento, Aiuba Cuereenia, disse que a previsibilidade e o desdobramento dos fundos nos momentos acordados constituem condição fundamental para a prossecução e viabilização dos planos do Governo.

Chamado a comentar sobre anunciada redução de ajuda por parte de três países, Cuereenia preferiu refugiar-se nos que aumentaram a ajuda, tendo dito que aqueles vêm

que algo está a ser feito pelo Governo. "São três países que reduziram os seus compromissos em termos de ajuda, mas há dois que aumentaram os seus compromissos", disse Cuereenia, para depois afirmar que não houve redução significativa em termos globais.

O que o Governo diz sobre a governação?

Sendo a governação um dos pilares que deixa insatisfeito os doadores, questionámos ao titular da pasta da Planificação e Desenvolvimento sobre o

que estaria a ser feito para alterar o cenário. Cuereenia não disse nada de concreto. Disse, por exemplo, que foram registados processos assinaláveis na avaliação geral. No âmbito da boa governação, segundo o ministro da Planificação e Desenvolvimento, houve "muito trabalho" cujo destaque é dado à institucionalização de mais autarquias, início da implementação da política salarial de médio prazo, do Plano Estratégico Integrado da Justiça e da Estratégia anti-corrupção. E acaba-se por aqui. CM

Perfis dos países que não concordam com a governação moçambicana

Índice de Percepção da Corrupção mundial publicado pela Transparência Internacional									
Posição	País	Índice							
2009		2009 ⁽⁴⁾	2008 ⁽⁵⁾	2007 ⁽⁶⁾	2006 ⁽⁷⁾	2005 ⁽⁸⁾	2004 ⁽⁹⁾	2003	2002
1	Nova Zelândia	9.4	9.3	9.4	9.6	9.6	9.5	9.5	9.4
2	Dinamarca	9.3	9.3	9.4	9.5	9.5	9.5	9.5	9.5
3	Singapura	9.2	9.2	9.3	9.2	9.3	9.4	9.4	9.4
3	Suécia	9.2	9.3	9.3	9.2	9.2	9.3	9.3	9.0
5	Suíça	9.0	9.0	9.0	9.1	9.1	8.8	8.5	8.4
6	Finlândia	8.9	9.0	9.4	9.6	9.6	9.7	9.7	9.9
130	Moçambique		2.5	2.6	2.8	2.8	2.8		2.8 2.7

A Suíça e Suécia são países que sempre se mostraram contra a forma como as reformas decorriam em Moçambique, o que, na sua opinião, estava muito aquém do que havia sido acordado entre o Governo e os 19 países do Apoio Programático.

Em 2008, os dois países já haviam anunciado a

redução da ajuda que canalizam a Moçambique, devido a falta de progressão na governação e sobretudo no que tange à luta contra a corrupção. A Suécia, em particular, reduziu igualmente a ajuda a Tanzania, outro país financiado por aquele país europeu, por mesmas razões. Tal facto fez com que não fosse sur-

presa para o Governo moçambicano a redução do financiamento para o exercício económico de 2011, até porque na avaliação de 2009 os doadores voltaram a falar da má governação em Moçambique.

Numa breve pesquisa, constatámos que a Suécia assim como a Suíça são países que não tole-

ram práticas corruptas e estão bem colocadas no ranking sobre a luta contra corrupção e de Índice de Desenvolvimento Humano. Numa avaliação de 180 países, a Suécia e Suíça são respectivamente o terceiro e quarto países menos corruptos. Nesta classificação Moçambique está na 130ª posição. CM

Finlândia deixa a presidência da troika dos doadores

Entretanto, o embaixador da Finlândia, país que preside a troika dos Parceiros Apoio Programáti-

co, aproveitou a ocasião para anunciar que aquele país deixa a presidência daquele órgão. Os doado-

res chegaram ao consenso de que o Reino Unido passa a presidir o grupo de países que financiam o

Orçamento do Estado moçambicano. Enquanto isso, Irlanda cede espaço para o Canadá na troika. CM